



**GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA**  
**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA**  
**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO:**  
**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES**

**VITÓRIA RÉGIA SARMENTO DE ABRANTES**

**O LIVRO DIDÁTICO COMO MATERIAL GRATUITO: HISTÓRICO, SELEÇÃO E  
ESCOLHA DOCENTE**

**SOUSA, PB,**

**2014**

**VITÓRIA RÉGIA SARMENTO DE ABRANTES**

**O LIVRO DIDÁTICO COMO MATERIAL GRATUITO: HISTÓRICO, SELEÇÃO E  
ESCOLHA DOCENTE**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas pela Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com o Governo do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do Grau de Especialista em Educação.

**SOUSA, PB,**

**2014**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

A1611 Abrantes, Vitória Régia Sarmento de  
O livro didático como material gratuito [manuscrito] :  
histórico, seleção e escolha docente / Vitória Régia Sarmento de  
Abrantes. - 2013.  
42 p. : il. color.

Digitado.  
Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação:  
Práticas Pedagógicas Interdisciplinares) - Universidade Estadual  
da Paraíba, Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas, 2013.  
"Orientação: Profa. Ma. Lidiane Rodrigues Campelo da Silva,  
Departamento de Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas".

1. Livro didático. 2. Língua portuguesa. 3. Programa  
Nacional do Livro Didático. I. Título.

21. ed. CDD 371.3

**VITÓRIA RÉGIA SARMENTO DE ABRANTES**

**O LIVRO DIDÁTICO COM MATERIAL GRATUITO: HISTÓRICO, SELEÇÃO E  
ESCOLHA DOCENTE**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas pela Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com o Governo do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do Grau de Especialista em Educação.

Aprovada em 19 de julho de 2014

Banca Examinadora

  
\_\_\_\_\_  
**Lidiane Rodrigues Campelo da Silva**  
Profª Orientadora

  
\_\_\_\_\_  
**Paula Almeida de Castro**  
Profª Examinadora

  
\_\_\_\_\_  
**Valmir Pereira**  
Prof. Examinador

**SOUSA, PB,**

**2014**

**VITÓRIA RÉGIA SARMENTO DE ABRANTES**

**O LIVRO DIDÁTICO COMO MATERIAL GRATUITO: HISTÓRICO, SELEÇÃO E  
ESCOLHA DOCENTE**

**Orientadora: Lidiane Rodrigues Campelo da Silva**

**SOUSA, PB,**

**2014**

...e o café matutino preparado por ti, Bastos Maia, tem o cheiro de um amor para sempre. Obrigada por existir na minha vida!

## **AGRADECIMENTOS**

À colega e amiga Valéria Maria Cavalcante Pereira Silveira que no embate desta jornada esteve ao meu lado, de forma carinhosa e prestimosa, fortalecendo-me no momento preciso.

Aos professores do Curso de Especialização da UEPB, em especial, Dr. Leonardo de Araújo e Mota, Dr<sup>a</sup> Ada Kesea Guedes Bezerra, Dr<sup>a</sup> Francisca Wilma e Ms. Lidiane Rodrigues Campelo da Silva, que contribuíram ao longo destes 15 meses, com o direcionamento dos Módulos; dos conteúdos debulhados marcando com os vossos inesgotáveis saberes, o grau que lhes fora conferido, pois ora dissecados a nós professores cursistas da sala três.

Aos formadores, coordenadores e administradores do AVA todo o meu reconhecimento pelo tratamento carinhoso e dedicado durante os Módulos no ambiente virtual.

À professora Ms. Lidiane Rodrigues Campelo da Silva, minha orientadora, que soube conduzir com maestria este trabalho escrito, com a maior dedicação e vontade de fazer-me uma especialista melhor na área educacional.

A Deus, que nos renova a cada dia com sentimentos de fé e de esperança; e n'Ele depositamos a nossa coragem e agradecemos pela realização de mais uma conquista.

“Se um dia chegasse a ser personificado, o livro diria aos leitores: degusta teu ser com a minha sabedoria”.



## **RESUMO**

Este trabalho mostra a análise do Livro Didático de Língua Portuguesa como material distribuído advindo do Programa de Políticas Públicas do Governo Federal oferecido aos alunos da rede estadual de ensino da Paraíba, especificamente de uma escola localizada na microrregião do alto-piranhas. Trata dos diferentes formatos de programas fomentados para produção, seleção e entrega do Livro Didático às escolas públicas. Tem como objetivo geral entender o processo de elaboração, escolha e produto final do Livro Didático de Língua Portuguesa como objeto pedagógico destinado aos alunos do 6º ao 9º ano da Educação Básica II pela rede pública de ensino. Especificamente intenciona identificar as ações que focam a real necessidade de criação, elaboração, distribuição e funcionalidade do LD pelo MEC; analisar os critérios de seleção do Livro Didático e relatar as falas de um grupo de professores, a partir de suas intenções e impressões acerca dos critérios de seleção, entrega e uso do LD. Traça o perfil dos sujeitos investigados e relata suas percepções em torno do objeto investigado. Constatou-se o quanto o Livro Didático foi redesenhado pelos diferentes formatos de programas de políticas públicas chegando a se consubstanciar-se como substrato do ensino aprendizagem, a partir do momento em que o FNDE, órgão único responsável pela aplicação de recursos destinados aos programas voltados especificamente à área educacional, tornou-se objeto didático relevante nos espaços de sala de aula. Após longos e cansativos anos à espera, o aluno de escola pública recebe as coleções necessárias ao atendimento, de forma gratuita, entretanto, ainda, com entraves e fissuras.

**PALAVRAS-CHAVE:** Livro didático. Língua Portuguesa. Programa Nacional do Livro Didático. Escola Pública.

## **ABSTRACT**

**ABRANTES, Vitória Régia Sarmiento de. The Textbook as free stuff: historical, teacher selection and choice, Sousa – 2014**

This work shows the analysis of the Portuguese Language Textbook material distributed as coming from the Public Policy Program of the Federal Government offered to students from state schools of Paraíba, specifically from a school located in the high micro-piranhas. Treats different formats promoted programs for production, selection and delivery of Textbooks to public schools. Its overall objective was to understand the process of designing, selecting and final product Textbook of Portuguese as a pedagogical object for students from 6th to 9th grade Basic Education II by public schools. Specifically intends to identify the actions that focus on the real need for creation, development, distribution and functionality of LD by the MEC; analyze the selection criteria Textbook and report the statements of a group of teachers from their intentions and impressions about the selection criteria, delivery and use of LD. Profiles the subjects investigated and reported their perceptions about the investigated object. It was noted how the Textbook was redesigned for different formats of public policy programs coming to take the form of teaching and learning as substrate, from the moment the ENDF, only body responsible for the implementation of resources to programs aimed specifically to the education sector, it became important object in didactic classroom spaces. After long and weary years of waiting, the public school student receives the necessary care collections, free of charge, however, even with obstacles and cracks.

**KEYWORDS:** Textbook. Portuguese. National Textbook Program. Public School.

## **Siglas utilizadas no decorrer da dissertação**

COLTED - Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático

FAE - Fundação de Assistência ao Estudante

FENAME - Fundação Nacional do Material Escolar

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

INL - Instituto Nacional do Livro

LD - Livro Didático

LDB - Lei de Diretrizes e Bases

MEC - Ministério da Educação e do Desporto

PCNLP - Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa

PLIDEF- Programa do Livro Didático Ensino Fundamental

PNLD - Programa Nacional do Livro Didático

SNEL - Sindicato Nacional de editores de Livros

USAID - Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional

## **SUMÁRIO**

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>HISTÓRICO DO LIVRO DIDÁTICO NO BRASIL .....</b>	<b>19</b>
<b>PROCESSO DE SELEÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO .....</b>	<b>23</b>
<b>ASPECTOS PEDAGÓGICOS DO LIVRO DIDÁTICO .....</b>	<b>25</b>
<b>A ESCOLHA DO LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA: VOZES DOCENTES.....</b>	<b>27</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS. ....</b>	<b>33</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>35</b>
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>37</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>41</b>

## INTRODUÇÃO

Entre os prioritários Programas de Políticas Públicas do Governo Brasileiro voltados à área educacional, o programa do livro didático surge como o mais antigo material pedagógico, resistindo aos mais diversificados formatos, além de abrir caminhos para o ensino aprendizagem, também, passou a contribuir com os dados estatísticos, para registro dos mais irreverentes leitores que optam por esse significativo instrumento de conhecimento.

Outro fator de destaque surge na escolarização do século XX, que marca seu início apontando para a necessidade de estabelecer regras e normas ao processo educacional escolar. A partir disso, pensou-se no livro didático como instrumento pedagógico capaz de alcançar a melhoria no ensino, focando indivíduos específicos por meio de um método de ensino. O livro didático passa a ser utilizado como um manual específico de práticas pedagógicas, sendo de uso essencial para o professor.

Esse objeto de ensino considerado como um dos elementos essenciais ao saber, surgia no século XIX, no seio do processo educacional, como objeto invisível, grotesco. Para se pensar numa estrutura coletiva destinada ao interesse da sociedade de massa foi permitido que as instituições escolares também sofressem mudanças nesse processo, em relação às horas trabalhadas em sala de aula, durante os planejamentos, em relação ao espaço físico das escolas, na oferta e demanda da clientela recebida pelas instituições de ensino; tudo foi bem pensado para organizar o espaço escolar.

Por várias épocas, o livro didático veio tomando corpo e referência, passando por diversos formatos de Programas, mas não há registros de uma política educacional voltada para a oferta gratuita deste material didático, por conseguinte, que ele alcançasse os bancos de escolas públicas desde a criação do Instituto Nacional do Livro, em 1929, e, ao longo de quase sete décadas – 1996 -, as

crianças pobres deste país repetiram textos e lições, quantas vezes fossem necessárias, retirando da lousa para um caderno de brochura, com o bico de pena e mata-borrão, substituídos já nos anos setenta, pelo lápis de carvão ou grafite como foi denominado naquele tempo.

Porém a igual tarefa de distribuição dos livros aos alunos veio ocorrer a partir da política de execução do Programa Nacional do Livro Didático, em 1997, quando a responsabilidade é transferida integralmente para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Com a ampliação do programa, o Ministério da Educação adquire de forma continuada, livros didáticos de alfabetização, língua portuguesa, matemática, ciências, estudos sociais, história e geografia destinados para todos os discentes de 1<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> série do ensino fundamental da rede pública.

Os livros didáticos foram elaborados com o objetivo de orientar práticas pedagógicas dessas áreas, num primeiro momento para escolas infantis, pois se revestia de organização na didática oferecendo sequência, método e funcionalidade prática. Considerado, talvez, o mais significativo marco educacional do período. Em meados do século XIX o manual didático toma um novo impulso, destaca Sérgio Quadros (2013), em Artigo de Opinião, O Papel do livro didático.

Houve a substituição dos métodos de ensino e o livro didático ganhou relevo nas atividades concretas. Já não é mais fato de ter que decorar a antiga cartilha e agora além de práticas concretas os livros tornam-se específicos em diferentes áreas do saber escolar, enfatiza Sérgio Quadros (2013).

A pesquisa em tela encontra elementos de fundamentação pautados nos critérios do Guia de Seleção do Livro Didático das séries finais do Ensino Fundamental II, elaborado e distribuído pelo Ministério da Educação. Processo regulamentado por Decretos Institucionais promulgados desde o nascimento do primeiro Programa do Livro Didático, em 1929, com fulcro nos diversos programas criados para definição e normatização de oferta do LD no país. Este recurso é oferecido aos alunos de instituições públicas nas esferas estadual e municipal por

disciplina, em consonância aos Parâmetros Curriculares Nacionais, que direcionam o Currículo por Áreas Temáticas. Sobre este documento é válido salientar que orientam uma abordagem interdisciplinar dos conteúdos curriculares.

O livro didático é considerado como objeto material da cultura escolar, pois tal peculiaridade contribui na determinação de diferentes maneiras de idealizar, planejar e agir dos docentes, fatores que devem ser lembrados ao analisar o LD, para que este realmente seja uma ferramenta que permita ao aluno apropriar-se do conhecimento, e a fim de que o estudante possa se posicionar perante a sociedade.

As pesquisas e reflexões sobre o livro didático permitem apreendê-lo em sua complexidade. Apesar de ser um objeto bastante familiar e de fácil identificação, é praticamente impossível defini-lo. Pode-se constatar que esse recurso assume ou pode assumir funções diferentes, dependendo das condições, do lugar e do momento em que é produzido e utilizado nas diferentes situações escolares. Por ser um objeto de “múltiplas facetas”, o LD é pesquisado enquanto produto cultural; entendido como mercadoria ligada ao mundo editorial e dentro da lógica de mercado capitalista; como suporte de conhecimentos e de métodos de ensino das diversas disciplinas e matérias escolares; e, ainda, como veículo de valores, ideológicos ou culturais (BITTENCOURT, 2003).

O MEC (BRASIL, 2008, p. 5), destaca que o livro didático tem função social, além de pedagógica. Esta se dá pela contribuição para a qualidade da educação brasileira e ao promover, assim, a inclusão social dos alunos que, devido a motivos econômico-financeiros, não têm acesso ao material.

No mundo atual, caracterizado pela diversidade de recursos direcionados ao aperfeiçoamento da prática pedagógica, o livro didático ainda se apresenta como eficaz instrumento de trabalho para a atividade docente e para a aprendizagem dos alunos. O acesso a esse instrumento contribui para a qualidade da educação básica, além de promover a inclusão social (BRASIL, 2008).

Exercemos o magistério na área de Língua Portuguesa há trinta anos no ensino fundamental, como também, no ensino médio, período em que utilizamos como suporte da prática pedagógica diferentes livros didáticos e nesta relação de proximidade, observamos momentos de concordância e discordância da forma como o conteúdo escolar é veiculado nesse instrumento. Entendemos que não só o conteúdo, mas a forma como é abordado, o tipo de metodologia indicada, de atividades, das leituras básicas e complementares, as sugestões contidas no instrumento atendem a funcionalidade e intencionalidades específicas. Desvelá-las nos instiga o desejo de conhecimento aprofundando, assim o interesse em tomar como objeto de análise o livro didático adquiriu força a partir da audição apurada, vinda por meio das 'vozes veladas' de mais colegas da Área de Linguagens e Códigos, em face de que a oferta do material gratuito advindo do poder público, demonstra um vetor centralizador fomentado por educadores, escritores e editoras, que participam do processo, ao longo dos tempos.

A produção do livro didático de Língua Portuguesa implica na elaboração de conteúdos, critérios de escolha textuais, regras gramaticais, seleção de imagens, entre outros destaques a interdisciplinaridade. Esta exigência valida também, um efeito da língua entre outras disciplinas, pois essa registra um grau de contextos e de formas entre outras culturas e áreas do saber; marca a postura e o nível de escolaridade do falante, permitindo situá-lo dentro do grau de inferência que a língua promove.

Mais complexo do que se imagina, esse processo envolve etapas como a do Planejamento de conteúdos para o desenvolvimento das competências e habilidades requeridas em cada nível de ensino e em cada matéria escolar. O planejamento é para a pedagogia elemento essencial para a mobilização das situações de aprendizagem, incluindo a escolha e elaboração dos recursos didáticos a serem empregados no ensino. Essa importância na preparação do LD requer a participação de especialistas que trabalham para formar uma linguagem de caráter didático, para a escolha dos conteúdos e atividades que levem à apropriação e construção do conhecimento como possibilidade de atendimento aos direitos de



aprendizagem dos alunos, nas diversas áreas do saber.

A partir dessas implicações, alguns questionamentos foram abordados para melhor investigação do objeto mencionado, a saber: Que tipo de consulta é formulada aos professores em relação à escolha de conteúdos? Como ocorre o processo de escolha do livro didático? A quantidade de exemplares do livro didático disponibilizada atende as demandas solicitadas pelas instituições de ensino? Os educadores estão explorando o livro didático em todas as suas possibilidades? Quais suportes são utilizados para complementar os conteúdos inseridos no livro didático? Quais os critérios adotados para a seleção do livro didático?

Diante de pertinentes questões, o livro didático se destaca como produto de um edital cuja elaboração foi mutável por muito tempo, e no qual ainda ocorre mudanças, seja no aspecto institucional ou até de demanda, e faz-se manipulado por diversas pessoas, do processo de planejamento, produção e avaliação, quanto em sua utilização em sala de aula por discentes e professores. Ademais, trata-se do único material a que milhares de famílias no Brasil têm acesso, com um objetivo claro, a informação escolarizada.

Entretanto, apesar de sua importância no meio educacional, poucos são os profissionais que se interessam em estudar e entender todo o processo, desde a elaboração à entrega do LD às instituições públicas educacionais espalhadas por todo o país. Preterimos, pois a fazê-lo, por tão presente e próximo estar o objeto de estudo; ferramenta laboral do nosso cotidiano.

Desse modo, elegemos como finalidade principal do estudo o Livro Didático na Escola pública brasileira visando entender o processo de elaboração, escolha e produto final do Livro Didático de Língua Portuguesa como objeto pedagógico destinado aos alunos do 6º ao 9º ano da Educação Básica II pela rede pública de ensino.

Deste objetivo geral surgiram quatro objetivos específicos que direcionam a uma compreensão balizadora do tema, quais sejam: a) identificar as ações de

criação, elaboração, distribuição e funcionalidade do LD pelo MEC; b) conhecer os aspectos normativos exigidos para a aprovação do Livro Didático; c) analisar quais os critérios de seleção do LD; d) relatar a voz dos professores, destacando intenções e impressões, da escolha à utilização dos livros didáticos. Presumimos que tais intervenções provoquem aquiescência do material coletado ao objeto concluso.

O estudo em tela foi instaurado em instituição educacional da rede pública de ensino da cidade de Sousa, município localizado no interior do estado da Paraíba. A escola investigada está situada na sede do município, que dispõe em sua estrutura organizacional de seis professores que lecionam a disciplina de língua portuguesa, nas turmas de 6º ao 9º ano do ensino fundamental II. Caracterizam-se como uma abordagem qualitativa de pesquisa, cujos sujeitos forma quatro docentes da área de linguagens e códigos.

A pesquisa em tela está ordenada em cinco partes textuais. A primeira, o presente texto introdutório contendo aspectos da problematização e justificativa do tema em evidência, bem como os objetivos da pesquisa. A segunda apresentou uma síntese histórica do surgimento do Livro Didático no Brasil, por uma linha de tempo comentada, onde se abordou os diferentes programas criados para manutenção do objeto em questão, por meio de pesquisa bibliográfica. O segundo capítulo registrou “O papel do Livro Didático”, o processo de seleção, aspectos pedagógicos e a interdisciplinaridade princípios deste recurso. Enquanto que, a matriz do terceiro capítulo pontuou as discussões das informações elencadas ao longo da pesquisa bibliográfica e empírica. E, por último na seção textual, apresentaram-se as considerações finais.

## HISTÓRICO DO LIVRO DIDÁTICO NO BRASIL

O livro didático é definido como um produto cultural composto, híbrido, que se encontra no “cruzamento da cultura, da pedagogia, da produção editorial e da sociedade” (STRAY, 1993). No atual universo escolar, o livro coexiste com outros diferentes instrumentos didáticos e paradidáticos, como softwares educacionais, audiovisuais, multimídias, Internet, entre outros, mas continua ocupando um lugar privilegiado, o de papel central como objeto de estudo e do conhecimento.

Marca sua origem na cultura escolar, antes da invenção da tipografia no final do século XV, época em que os livros eram raros, pois os estudantes universitários europeus, já produziam seus cadernos de textos. Com o surgimento da tipografia, os livros tornaram-se os primeiros produtos feitos em série e, ao longo do tempo a concepção deste recurso como “fiel depositário das verdades científicas universais” foi se solidificando (GATTI JÚNIOR, 2004).

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é o mais antigo dos voltados à distribuição de obras didáticas aos estudantes da rede pública de ensino brasileira. Ao longo de mais de 80 anos, foi aperfeiçoado e teve diferentes nomes e formas de execução.

O percurso para que o livro didático alcançasse o degrau das escolas brasileiras deixou rastros marcados no caminho da educação. Com a criação de um órgão específico para legislar sobre políticas do livro didático, em 1929, surgiu o Instituto Nacional do Livro, com o objetivo de contribuir para a legitimação do livro didático nacional e, conseqüentemente, auxiliar no aumento de sua produção, considerado como o primeiro, porém demorou algum tempo para dar continuidade. Em 1934, no governo do presidente Getúlio Vargas, o INL recebeu suas primeiras atribuições, como a edição de obras literárias para a formação cultural da população, a elaboração de enciclopédia e de dicionário em idioma nacional, além da expansão de bibliotecas públicas (FREITAG et al. 1989)

Por meio do Decreto-Lei nº 1.006, de 30/12/38, é instituída a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), estabelecendo a primeira política de legislação e controle de produção e circulação do livro didático no País. Esta comissão possuía mais a função de controle político ideológico do que propriamente uma função didática (FREITAG et al., 1989).

No ano de 1945, pelo Decreto-Lei nº 8.460, de 26/12/45, é consolidada a legislação sobre as condições de produção, importação e utilização do livro didático, restringindo ao professor a escolha do livro a ser utilizado pelos alunos, conforme definido no art. 5º. diz que

Os poderes públicos não poderão determinar a obrigatoriedade de adoção de um só livro ou de certos e determinados livros para cada grau ou ramo de ensino nem estabelecer preferência entre os livros didáticos de uso autorizado, sendo livre aos professores de ensino primário, secundário, normal e profissional a escolha de livros para uso dos alunos, uma vez que constem da relação oficial das obras de uso autorizado.

Em 1966 - Um acordo entre o Ministério da Educação (MEC) e a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) permite a criação da Comissão do Livro Técnico e Livro Didático (COLTED), com o objetivo de coordenar as ações referentes à produção, edição e distribuição do livro didático. O acordo assegurou ao MEC recursos suficientes para a distribuição gratuita de 51 milhões de livros no período de três anos. Em relação a este acordo houve diversas críticas por parte de educadores brasileiros, pois ao MEC e ao Sindicato Nacional de editores de Livros (SNEL), caberiam apenas responsabilidades de execução e aos órgãos técnicos da USAID todo o controle. Porém, ao garantir o financiamento do governo, a partir de verbas públicas, o programa adquiriu continuidade.

Em 1970 - A Portaria nº 35, de 11/3/1970, do Ministério da Educação, programa o sistema de coedição de livros com as editoras nacionais, com recursos do INL. Assim, no ano de 1971 - O INL passa a desenvolver o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (PLIDEF), assumindo as atribuições administrativas e de gerenciamento dos recursos financeiros até então a cargo da

COLTED. A contrapartida das Unidades da Federação torna-se necessária com o término do convênio MEC/USAID, efetivando-se com a implantação do sistema de contribuição financeira das unidades federadas para o Fundo do Livro Didático.

Após cinco anos, em 1976 - Pelo Decreto nº 77.107, de 4/2/76, o governo assume a compra de boa parcela dos livros para distribuir a parte das escolas e das unidades federadas. Com a extinção do INL, a Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME) torna-se responsável pela execução do programa do livro didático. Os recursos provêm do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e das contrapartidas mínimas estabelecidas para participação das Unidades da Federação. Devido à insuficiência de recursos para atender todos os alunos do ensino fundamental da rede pública, a maioria das escolas municipais é excluída do programa.

As mudanças tiveram continuidade no ano de 1983, quando em substituição à FENAME, foi criada a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), que incorporou o Programa Nacional do Livro Didático do Ensino Fundamental (PLIDEF). Ocorreram críticas a essa centralização da política assistencialista do governo e, conforme Freitag et al. (1989) entre as denúncias estavam a não distribuição dos livros didáticos nos prazos estabelecidos, a pressão política das editoras e o autoritarismo na escolha dos livros. Já nessa época propôs-se a participação de professores na escolha dos livros e a ampliação do programa, com a inclusão das demais séries do ensino fundamental. É importante observar que alguns estados já ofereciam aos seus professores a possibilidade de escolha dos seus livros didáticos.

O atual Programa Nacional do Livro Didático veio substituir o PLIDEF, em 1985, com a edição do Decreto nº 91.542, de 19/8/85. A norma instituiu alterações significativas, especialmente no que diz respeito à garantia do critério de escolha do livro pelos professores; na reutilização deste por outros alunos em anos posteriores; no aperfeiçoamento das especificações técnicas para a produção do LD visando maior durabilidade, ademais possibilitando a implantação de bancos de livros didáticos. Destaca, ainda, a extensão da oferta aos alunos em todas as séries do Ensino Fundamental das escolas públicas e comunitárias. O LD tem como provedor

de recursos em sua aquisição, o governo federal, com distribuição gratuita às escolas públicas (FNDE, 2008; CASSIANO, 2004).

O aludido programa de material didático do governo federal, abordado pelo PNLD, tem contribuído para a garantia de livros didáticos de qualidade, o que torna disponível sua oferta gratuita enquanto subsidia o desenvolvimento dos processos de ensino aprendizagem aos discentes da rede oficial de ensino distribuído nas escolas, pois conforme reza a Constituição de 1988 (artigo 208), constitui dever do Estado com a educação, a saber: “VII – atendimento ao educando no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde”.

Entretanto, sabe-se que boa parte dos direitos garantidos em lei fica restrita aos textos e não alteram como deveriam as situações reais da população brasileira. No que diz respeito ao livro didático, a próxima seção trata dos processos de escolha deste recurso.

## **O PROCESSO DE SELEÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO**

O processo de seleção do LD ocorre após a aprovação da seletiva dos compêndios destinados a cada ano do ensino fundamental, incluindo os exemplares de todas as disciplinas. Equipes de professores indicada pelo PNLD analisam o material, considerando a estrutura, formato, conceitos, textos e imagens, além de formalizar outros aspectos como a interdisciplinaridade, contexto histórico e cultural e registro de impressão que venha atender a tecnologia digital.

No momento da escolha do livro, na escola, para a formalização de aprovação por meio de avaliação pedagógica, pois todo o conteúdo e o formato, desde a capa do livro até a resenha final passam pela análise mensurada; o conhecimento do Guia do Livro Didático constitui parte essencial do processo. Por se tratar de um manual que dispõe de todas as informações necessárias, visando orientar a coordenação pedagógica e professores no ato da escolha do livro, o Guia, também, permite que as resenhas nele contidas ofereçam uma visão mais ampla dos aspectos pedagógicos tratados para tal finalidade, visto que serão utilizados por três ou quatro anos.

Outro aspecto relevante nesta escolha alude a uma adequação de que o livro didático atenda ao projeto político pedagógico da escola, da absorção do aluno, assim como da aceitação por parte do professor; e à realidade sociocultural das instituições, pois fere ao trato do processo excluir elementos e sujeitos que têm participação direta com a escolha, que de forma mais premente balizam a chegada do LD a todas as escolas do país.

Os órgãos responsáveis, como PNLD e as Editoras orientam as escolas a apresentarem duas opções na escolha das obras para cada ano e disciplina. “Caso não seja possível a compra da primeira opção, o FNDE envia à escola a segunda coleção escolhida” (Portal do MEC). E adverte os professores, que a escolha da segunda opção deve ser tão criteriosa quanto à primeira. Já, as definições detalhadas sobre orientações referentes à escolha das coleções do livro estão

dispostas no volume Apresentação do Guia, mais um suporte complementar para subsidiar a leitura do próprio Guia pelos docentes e orientadores de estudo das escolas.

No entanto quando a direção da escola perceber que a oferta é menor do que a demanda, pois os livros são insuficientes para o ano letivo em exercício, deve verificar se os livros têm sido devolvidos pelos alunos ao final do ano anterior. Neste caso, se a falta de livros perdurarem, a escola deve procurar a coordenação do livro didático da Secretaria de Educação do Estado ou as Regionais de Ensino e informar a carência de livros para verificar a possibilidade de atender a demanda por meio da Reserva Técnica.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, órgão responsável pelo planejamento, estratégia e aplicação dos recursos destinados a Programas de Políticas Públicas, no caso do livro didático e a oferta menor do que a demanda, questiona sobre o que causou a falta de livros. Além de orientar os gestores a fazerem uma análise e verificação explicitando fatos que motivaram a ausência do livro para uma parte do alunado. Outras questões como: houve algum motivo para crescimento na matrícula? Quantos novos alunos foram matriculados na rede de ensino? Quantas novas escolas foram criadas? Ao encaminhar o ofício de justificativa ao FNDE, consideram-se quais as causas para sua solicitação e fundamenta-se o pedido em dados ou números estudados na rede a qual a escola está inserida.

O procedimento básico para a escolha do livro didático foi objeto de reflexão desta seção, enquanto os aspectos pedagógicos considerados para sua elaboração são expostos no trecho seguinte.



## **ASPECTOS PEDAGÓGICOS DO LIVRO DIDÁTICO**

No campo da pedagogia o objeto livro está indicado como material principal do ensino aprendizagem, pois direciona a didática utilizada pelos docentes e auxilia os discentes durante as atividades transpostas em sala de aula e fora desta. Oferece na base dos pilares da educação os princípios de aprender a: aprender, fazer, conhecer e ser considerando os conteúdos referentes a conceitos, procedimentos e atitudes, em um conjunto de ideias propostas a partir de projetos de sala de aula, ao estudo de campo, direcionando os sujeitos envolvidos para uma intenção de construção participativa de forma coletiva, não individual ou isolada (PCN, 1997).

Diferente de um passado órfão de LD, atualmente, há à disposição do professor e dos estudantes, uma diversidade de fontes de informações disponíveis. Nesse sentido, os Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1997) recomendam que o professor utilize, além do livro didático, materiais diversificados (jornais, revistas, computadores, filmes, e ou similares), como fonte de informação, de maneira a ampliar o tratamento dado aos conteúdos e fazer com que o aluno sintasse inserido no mundo à sua volta.

Contudo, a realidade da maioria das escolas, mostra que o livro didático tem sido praticamente o único instrumento de apoio do professor e que se constitui numa importante fonte de estudo e pesquisa para os estudantes. Assim, faz-se necessário que professores estejam preparados para escolher de forma adequada o livro didático, material utilizado em suas aulas, pois ele será um auxiliador na aprendizagem significativa dos estudantes.

O ensino aprendizagem vem exigindo dos sujeitos envolvidos com o processo de ensino a prática interdisciplinar, visto que ninguém assimila qualquer tipo de informação que não seja interessante. O sentido da interdisciplinaridade tem oferecido um significado de integração e engajamento dos educadores, em um

trabalho conjunto das disciplinas do currículo escolar com a realidade, de modo a superar o ensino fragmentado, dividido ou separado. Assim, o objetivo busca tornar a formação integral de alunos de exercer criticamente a cidadania, mediante uma visão global de mundo e de enfrentar os problemas complexos, amplos e globais da realidade atual (PCN, 1999). A prática interdisciplinar não consiste numa desvalorização das disciplinas ou do conhecimento de cada uma, mas na junção dos elementos e informações oferecidos por cada componente curricular, construindo, então um conhecimento único e acessível, dado a valorização dos conteúdos, pois eles passam a se tornar meios ou formas de aprendizado.

Assim, busca tornar a formação integral de alunos de exercer criticamente a cidadania, mediante uma visão global de mundo e de enfrentar os problemas complexos, amplos e globais da realidade atual (PCN, 1999). A prática interdisciplinar não consiste numa desvalorização das disciplinas ou do conhecimento de cada uma, mas na junção dos elementos e informações oferecidos por cada componente curricular, construindo, então um conhecimento único e acessível, dado a valorização dos conteúdos, pois eles passam a se tornar meios ou formas de aprendizado.

Na proposta pedagógica, a interdisciplinaridade e a contextualização abordadas como conteúdos nas relações textuais favorecendo o ensino aprendizagem se destacam como aspectos principais pontuados nos PCN visto que, tal proposta contemplada na elaboração dos livros didáticos de língua portuguesa evidencia os aspectos como a integração de textos discursivos entre componentes curriculares, o que norteia o sentido dos assuntos abordados entre português, história, geografia, arte, além de outras disciplinas; provocando a discussão e a análise na investigação dos conceitos, procedimentos e atitudes.

## **A ESCOLHA DO LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA: VOZES DOCENTES**

A presente pesquisa ofereceu como fonte principal os dados obtidos a partir da aplicação de um questionário, contendo quatorze questões, elaboradas e digitalizadas, em seguida aplicado de forma indireta com quatro professores da rede pública de ensino, local supracitado. A partir deles traçou-se, de modo sucinto, um perfil dos sujeitos investigados e de suas percepções em torno do objeto investigado.

Desse modo, os quatro (04) docentes sujeitos desta pesquisa são graduados em Língua Vernácula e um deles está cursando mestrado. Todos afirmaram ter vínculo efetivo em escolas da rede pública estadual e municipal, atuando no nível de Ensino Fundamental II. Entre o grupo, três foram registrados como sendo do gênero feminino, e, apenas, um do sexo masculino, com faixa etária diferenciada, o que corresponde à idade menos elevada de 25 anos, enquanto a maior é de cinquenta e um anos.

Das questões abordadas, dois entrevistados revelaram já ter lecionado uma língua estrangeira, além da Língua Vernácula, com destaques para Inglês e Espanhol. Os demais, apenas, ministram Língua Portuguesa, na escola citada como campo da referida pesquisa, o que demonstra existir professores interessados em desenvolver outras formas de multiculturalidade no campo educacional, em se tratando das Letras. Pois, quando na formação inicial superior priorizaram uma língua estrangeira na formação acadêmica deles, considerando este Componente Curricular essencial, conforme aborda os Parâmetros Curriculares Nacionais, visto que há uma oferta reduzida de professores que optam por escolher uma formação acadêmica em língua estrangeira.

A primeira questão abordada sobre o Livro Didático intencionou saber dos professores se eles conheciam os diferentes formatos de Programas do LD para as

escolas públicas do Brasil, indicados em ordem cronológica na questão de número oito – INL, CNLD, Colted, Plidef, Fename, FAE e PNLD -, dos entrevistados, dois afirmaram conhecer, apenas, o PNLD, a terceira pessoa afirmou conhecer os formatos Fename, FAE e PNLD, porém o quarto docente investigado, cuja idade está na faixa etária entre 25 e 30 anos, disse entender dos Programas INL, CNLD e PNLD. Neste sentido observamos que pode haver reserva de leitura e pesquisa em relação aos sujeitos com idade maior, pouco conhecimento em relação aos diferentes formatos criados para o LD, enquanto o entrevistado de idade menos elevada demonstrou maior interesse em se tratando do objeto abordado na questão.

Entre os instrumentos de consulta para a escolha do LD na sua escola, três professores apontaram que a coleção de livros de língua portuguesa do 6º ao 9º ano seria colocada para análise, enquanto, apenas, um afirmou que o Manual e a Coleção constavam da escolha. Trataremos, ainda, a partir da questão, que os respondentes desta pesquisa sejam denominados pela sequência alfabética, por estarmos desautorizados a citação de nomes, o que passemos a fazê-lo.

Questionados sobre a especificidade da análise dos livros, o professor A, afirmou que “os livros ficam expostos na sala de professores e nos intervalos de aulas e planejamentos; são analisados, muitas vezes sem critérios e sem uma devida importância”. Pelo relato do docente fica claro que não há um planejamento prévio, nem organização por parte da coordenação pedagógica que ofereça suporte no momento da verificação do LD.

Porém, o professor B, destacou que, “em reunião com professores, por área, são feitas as escolhas de acordo com a análise”, tal destaque, também, foi citado pelo licenciado C quando acrescentou que “a coleção mais atual e contextualizada” é escolhida, visto que durante a análise do material didático é possível perceber os conteúdos repetidos de edições anteriores, ‘ipsis literis’, para responder a exigência da citação “coleção mais atuais”. Já o professor D acrescentou que “em reuniões, apresenta-se os manuais e as respectivas coleções” onde “são discutidas todas as coleções”. Entretanto, o ponto discutido em relação à especificidade da análise do

LD, diante dos relatos descritos, apresentou divergências por parte da participação no trabalho didático, pois enquanto um grupo faz opção pela coleção de livros, outro grupo segue orientação do manual e da coleção. Tal fato pode ocasionar em uma dissociação de conteúdos tratados e elaborados para o ensino aprendizagem da disciplina em questão, talvez, durante o período de quatro anos, tempo de validade do livro didático ofertado para os anos da educação básica II.

Ao tratarmos do processo de avaliação em relação à seleção de escolha do LD, os docentes A e D consideraram se tratar de uma boa escolha. O professor A ressaltou que “apenas alguns professores dão importância e muitos não seguem critérios básicos para uma boa escolha”, já o licenciado D relatou que a escolha tem como resultado o interesse das opiniões da maioria dos professores, porém, os respondentes B e C pontuaram a avaliação como ‘regular’, pois B apontou “falha”, e acrescentou que “nem todos os livros escolhidos são adotados, vai para a Regional a seleção e lá são mudados”, entretanto, o docente C apontou que “precisa de informações, aproximação e abordagem do conteúdo de forma coesa”. Percebemos que houve uma mudança em relação às respostas dos professores; que os livros ou coleções escolhidas por eles passam pela instância maior, cabendo a esta a escolha final, fato que não condiz com a realidade curricular proposta pela escola.

A questão onze abordou sobre os participantes da escolha do LD e como ocorre e se envolve a gestão escolar, a coordenação, os professores e os alunos. O docente A relatou que “os professores da escola se reúnem com outros pertencentes a Regional de Ensino em uma determinada data [...] sem uma discussão aprofundada e, sem analisar criteriosamente, fazem a escolha do Livro Didático”, enquanto o docente B especificou que “os professores no planejamento se reúnem e conversam sobre os livros, sempre aparece um representante oferecendo brindes e interfere nesta escolha [...] com seu material de divulgação”, já C e D disseram que “apenas os docentes escolhem”, e no momento há uma discussão acerca dos principais pontos de cada coleção. Podemos afirmar que tal interferência infringe a legislação conforme reza a **PORTARIA NORMATIVA Nº 7, DE 5 DE**

**ABRIL DE 2007, que “Dispõe sobre as normas de conduta no âmbito da execução dos Programas do Livro”.**

§ 3º Constituem-se proibições aos Titulares de Direitos Autorais ou aos seus representantes, cujas obras inscritas forem selecionadas:

I - oferecer vantagens de qualquer espécie a pessoas ou instituições vinculadas ao processo de escolha, no âmbito dos Programas do Livro, a qualquer tempo, como contrapartida à escolha de livros ou materiais de sua titularidade;

II - distribuir presentes ou brindes a pessoas ou instituições vinculadas ao processo de escolha, no âmbito dos Programas do Livro, a qualquer título, após a publicação do resultado da avaliação ou a divulgação dos guias de escolha pelo MEC/FNDE, até o final do período de escolha pela internet e pelo formulário impresso.

Outro ponto questionado foi se na sua escola a oferta do LD de Língua Portuguesa atende a demanda. Nesta pergunta, os docentes A, B, C e D afirmaram que “em parte” os livros atendem, pois muitas vezes a quantidade é insuficiente para algumas turmas, entretanto, o professor B acrescentou que a quantidade solicitada é de acordo com o censo do ano anterior.

Uma informação importante merece ser destacada nesta questão, pois conforme as orientações do Portal do FNDE, a gestão escolar deve fazer um levantamento dos livros oferecidos e devolvidos, pelos alunos; ademais seguir as orientações dadas em relação ao pedido por meio da Reserva Técnica. Conforme dados apresentados pelo FNDE, neste ano de 2014, foram adquiridos 1.500.453 livros para um total de 233.582 alunos beneficiados; material escolar que chega a um valor de R\$13.040.245,80 na aquisição e distribuição do LD em 1.058 escolas do Ensino Fundamental II, às turmas de 6º ao 9º da rede pública de ensino do Estado da Paraíba.

Na questão treze, abordamos como o professor (a) de Língua Portuguesa se considera um (a) porta-voz dos discursos veiculados no LD; se este atende as

orientações curriculares do Ensino Fundamental II. O docente A disse se sentir “em parte” um porta-voz e justificou que os conteúdos na maioria dos livros não são condizentes com a realidade do aluno e nem compatíveis com os objetivos de aprendizagem previstos no Projeto Político Pedagógico da Escola. “Não concordo” que o professor seja porta-voz dos discursos veiculados no LD, foi o que relatou o professor B, e acrescentou “deveria ser contextualizado de acordo com a região, as transformações que estão ocorrendo no mundo globalizado faz com que o LD fique a desejar”.

Já o docente C se considera um porta-voz dos discursos do LD, pois justificou que “o docente é apenas o reproduzidor dos autores”. O professor D, também, concordou em retransmitir os discursos veiculados no livro didático, e relatou que “todos os livros estão em conformidade com as orientações curriculares do Ensino Fundamental II”. Na questão citada percebemos o tratamento dado pelos professores em relação às orientações curriculares, que “distraem os olhares” da categoria educacional, pois enquanto reproduz o pensamento dos autores, esses concordam, apenas, com o conteúdo oferecido pelo LD, desconhecendo os aspectos de análise crítica que o discurso didático venha impor para contribuir com a aprendizagem significativa do discente, na sua formação de vida.

Na questão final perguntamos aos professores sobre a utilização de outros suportes didáticos em suas aulas. O licenciado A disse que utilizava outros materiais, porque muitas vezes seria necessário aprofundar os conteúdos e ou fazer análises comparativas de assuntos já trabalhados no LD e também para temas atuais. O professor B afirmou de forma positiva que usava outros textos e livros diferentes, visto que procurava abordar situações atuais e interessantes nas quais poderia recorrer à criatividade, levantar discussões, etc. Enquanto o licenciado C, ao afirmar o uso de outros suportes, destacou que o mundo globalizado urge como uma “avalanche” de informações e a geração contemporânea pulsam por essas informações. Para concluir, o professor D atesta utilizar os recursos de suporte, enfatizando o material coletado de outras fontes, em especial da internet.

Processadas todas as informações prestadas pelos professores envolvidos nesta pesquisa, desde as perguntas pessoais e profissionais, culminando com as questões sobre o objeto pesquisado, o Livro Didático, observamos que há um longo e inacabado percurso de dados e informações, que passaram da resistência por parte de alguns docentes, e insatisfação advinda de outros educadores, visto que a maneira de como o tema foi explanado permitiu diferentes vieses ao longo da dissertação.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir percebemos o quanto o Livro Didático foi redesenhado pelos diferentes formatos de programas de políticas públicas chegando a consubstanciar-se como substrato do ensino aprendizagem, a partir do momento em que o FNDE, órgão único responsável pela aplicação de recursos destinados aos programas voltados especificamente à área educacional, tornou-se objeto didático relevante nos espaços de sala de aula. Após longos e cansativos anos à espera, o aluno de escola pública recebe as coleções necessárias ao atendimento, de forma gratuita, entretanto, ainda, com entraves e fissuras.

Ressaltamos que o Livro Didático produto elaborado por vários autores, como professores, pesquisadores e linguistas, surge no cenário educacional por sua importância em sala de aula como auxiliar principal dos conteúdos relevantes ao ensino aprendizagem e que milhares de alunos no país interagem com este tipo de material.

De todos os formatos de programas do LD destacados ao longo desta pesquisa foi possível compreender o porquê de tantas tentativas para se alcançar um programa que apesar de considerado centralizador, por ser gerenciado pela esfera federal e com distribuição do material de forma gratuita, o aspecto formal do memorial PNLD foi o mais garantido, sendo o que passou a atender a clientela escolar desde a sua criação e execução em 1997 até os dias atuais.

Portanto, considerando as objetividades traçadas para esse estudo, constatou-se que as ações de criação, elaboração, distribuição e funcionalidade do LD pelo MEC em linhas gerais atendem as necessidades de uso pelos alunos e professores das escolas públicas.

Em relação aos aspectos normativos exigidos para a aprovação do Livro Didático considera-se que os trâmites determinados seguem as orientações estabelecidas por Lei.

Considerando os critérios de seleção do LD pode-se afirmar que este se dá em consonância com a legislação em vigor, porém, na prática os sujeitos no processo de seleção, como docentes intermediários, se distanciam um pouco do que se determina perante o grau de instância de outros órgãos como, Regionais de Ensino e Secretária de Estado da Educação.

Em face da temática investigada, relatar a voz dos professores, destacando intenções e impressões, da escolha à utilização dos livros didáticos; a identificação das ações de criação, elaboração, distribuição e funcionalidade do LD, a partir da legislação orientada pelo MEC, até o degrau da sala de aula perceberam a trajetória sinuosa deste material que pauta com o rigor de alcançar as mãos de milhões de professores, além do destaque em chegar aos mais longínquos rincões deste país transportando para muitos alunos o conhecimento acadêmico.

Aclaramos aos leitores deste material acadêmico que tivemos a intenção de trazer à baila das discussões educacionais contribuições no sentido de apresentar o processo de elaboração e criação do Livro Didático ofertado às famílias pobres deste Brasil. Reiteramos o ensejo de acrescentá-lo ao rol de possibilidades de leituras e reflexões, na seara educacional, em virtude da nossa vinculação com esse campo e a singular contribuição do presente trabalho nesta etapa de conclusão de curso.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**BITTENCOURT**, Circe M. F. Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910). In: **Revista Educação e Pesquisa**, vol. 30, n.3, São Paulo, p. 475-491, Set./Dez. 2004.

**CASSIANO**, Célia C. F. **Mercado de Livro Didático no Brasil**. I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2004.

**FREITAG**, Bárbara et ali. **O livro didático em questão**. 3. edição. São Paulo: Cortez, 1997.

**FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Ministério da Educação. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/home/arquivo-livrodidatico.html> Acesso em 2014-30-04.

**GATTI JÚNIOR**, Décio. **A escrita escolar da história: livro didático e ensino no Brasil**. Bauru, São Paulo: Edusc; Uberlândia, Minas Gerais: Edufu, 2004.

<http://www.todospelaeducacao.org.br/educacao-na-midia/indice/26006/opinia-o-papel-do-livro-didatico/> Acessado em 2013-3-30

<<http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-perguntas-frequentes>>

Acesso em 2014-6-06.

**MEC – BRASIL** [www.mec.gov.br/portal/fnde](http://www.mec.gov.br/portal/fnde) Acesso em 2013-10-03.

**Parâmetros curriculares nacionais: Introdução aos parâmetros curriculares nacionais/ Secretaria de Educação Fundamental**. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

**STRAY**, Chris. Quia Nominor Leo. Vers une sociologie historique du manuel. In: CHOPPIN, Alain (org) **Historire de l'éducation**. N° 58. Manuels scolaires, Etats et societies. Ed. INRP, 1993.

## APÉNDICE



Caro (a) Professor (a),

Este é um dos instrumentos para coleta de dados desta pesquisa que estuda a oferta do Programa Nacional do Livro Didático de Língua Portuguesa. O formulário busca obter informações desde a produção, seleção, escolha e oferta do LD. Para isso solicito gentilmente contar com a sua especial colaboração no preenchimento dos itens solicitados.

Grata por sua colaboração!

### DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

#### 6. Sexo

( ) Feminino ( ) Masculino

#### 2. Faixa Etária

( ) 18 a 24 anos      ( ) 25 a 30 anos      ( ) 31 a 35 anos      ( ) 36 a 40 anos  
( ) 41 a 45 anos      ( ) 46 a 50 anos      ( ) 51 a 55 anos      ( ) Acima de 56 anos

#### 3. Formação em nível de graduação:

Nome do curso: \_\_\_\_\_

Tipo do curso: ( ) Bacharelado      ( ) Licenciatura

4. **Maior titulação:** ( ) Graduação ( ) Especialização ( ) Mestrado  
( ) Doutorado

**Situação:** ( ) Concluída      ( ) Cursando

#### Atua profissionalmente como professor (a) em:

( ) rede estadual de ensino ( ) rede municipal de ensino ( ) rede privada de ensino

**CIDADE:** \_\_\_\_\_ **UF** \_\_\_\_\_

#### 5. Atua profissionalmente nos seguintes níveis de ensino:

( ) Educação Infantil ( ) Anos Iniciais do Ensino Fundamental (EF) ( )  
Anos finais do EF ( ) Ensino Médio ( ) Ensino Superior

**6. Atua na(s) modalidade(s) de ensino:**

- Regular  Educação de Jovens e Adultos  Educação Indígena  
 Educação Especial  Educação à Distância

**7. Disciplinas** em que atua, numere de acordo com a maior carga horária, de modo que receba o número 1 a matéria que tem mais aulas, de forma crescente para as que representam menor carga horária:

- Arte  Biologia  Ciências  Espanhol  Filosofia  
 Física  Geografia  História  Inglês  Matemática  
 Português  Química  Religião  Sociologia

**8. Dos formatos de Programas do LD para as escolas públicas do Brasil listados abaixo, assinale os que você conhece:**

- INL  CNLD  Colted  Plidef  Fename  FAE  PNLD

**9. Qual instrumento é consultado para a escolha do LD na sua escola?**

- a)  Manual do LD b)  Coleção de 6º ao 9º ano c)  Manual e Coleção

Especifique como ocorre a análise:

---

---

---

**10. Como você avalia o processo de seleção e escolha do LD na sua escola?**

- a)  regular b)  bom c)  muito bom (todos avaliam)

Justifique: \_\_\_\_\_

---

---

**11. Quem participa da escolha do LD?**

- a)  gestão b)  coordenação c)  professores d)  alunos

Especifique como ocorre a escolha na escola em que trabalha:

---

---

---

**12.** Na sua escola a oferta do LD de Língua Portuguesa atende a demanda?

a)  sim b)  em parte c)  não

Justifique: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**13.** Como professor (a) de Língua Portuguesa se considera um (a) porta-voz dos discursos veiculados no LD? O LD atende as orientações curriculares do Ensino Fundamental II?

a)  concordo b)  não concordo c)  em parte

Justifique: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**14.** Utiliza outros suportes didáticos em suas aulas, como ( textos, apostilhas, outros livros, internet)? Por quê?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

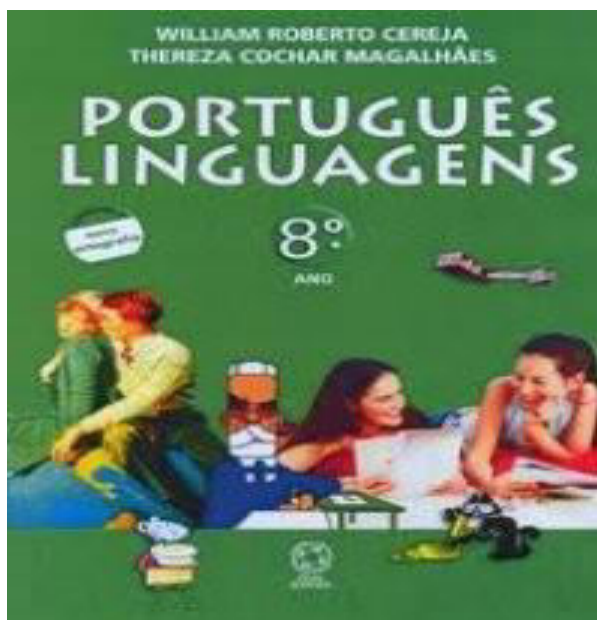
Uma vez mais, grata por sua colaboração!



## ANEXOS



**Imagem do livro adotado na época de 1960 a 1970, nos exames de conclusão do primário para ingresso ao curso ginásial.**



**Livro do 8º ano do Ensino Fundamental II ofertado aos alunos de escolas públicas, em 2012.**